



REPÚBLICA
PORTUGUESA
JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGISLAÇÃO DEMOCRÁTICA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DOS GAV DIAP
GERIDOS PELA UMAR
2021

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org

Parte I

Resultados do Atendimento

A - GAV DIAP Coimbra

Análise dos Atendimentos Realizados no GAV DIAP Coimbra

Estatísticas do GAV Coimbra (01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021)

O Gabinete de Apoio à Vítima do DIAP de Coimbra e da UMAR foi implementado a 16 de dezembro de 2019, tendo como área de abrangência os concelhos de Coimbra e Soure.

No ano de 2021, o GAV apoiou **60 vítimas**, 44 das quais correspondem a processos de acompanhamento iniciados nesse ano. Foram realizados **376 atendimentos**, correspondendo a uma média de 6,2 atendimentos por vítima, dos quais 173 em formato presencial, 189 via telefónica e 14 por videoconferência, o que se traduz numa média de 31,33 atendimentos por mês e 1,49 atendimentos por dia (tendo em conta a proporção de 21 dias úteis).

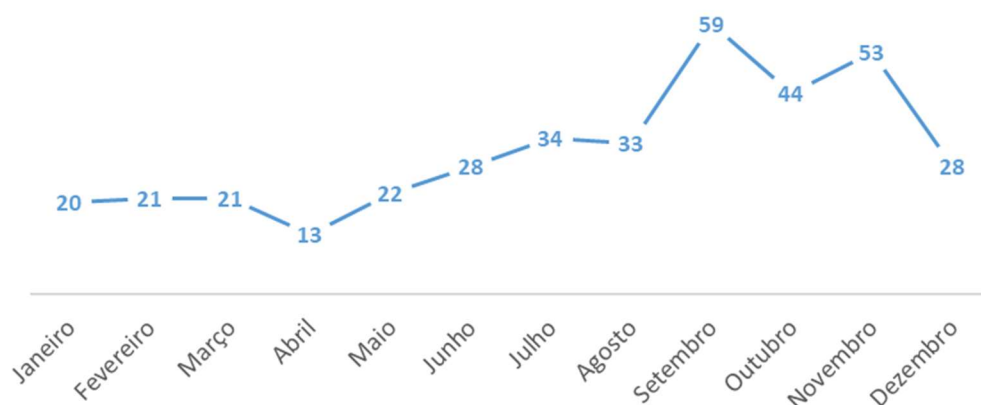


Figura 1. Dados GAV DIAP Coimbra da UMAR: Atendimentos e Vítimas



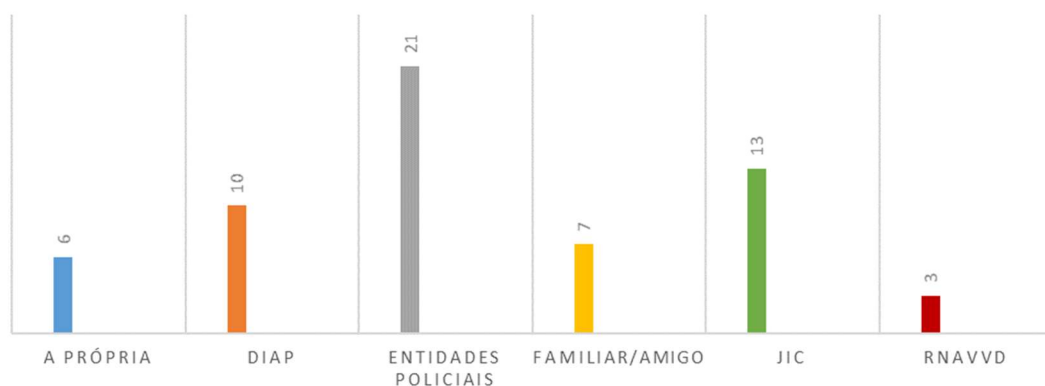
O mês com mais atendimentos registados foi o mês de setembro (N=59), seguido do mês de novembro (N = 53) e do mês de outubro (N = 44).

Gráfico 1. Distribuição do número de atendimentos por mês



Relativamente às entidades que procederam ao encaminhamento, tendo em conta o total de 44 novos processos, em 36,4% (N = 16) dos casos, o encaminhamento foi realizado por entidades policiais; em 29,5% (N = 13) dos casos, o encaminhamento foi realizado pelo Juíz de Instrução Criminal (JIC); 13,6% (N = 6) das vezes o encaminhamento foi realizado por um/a familiar ou amigo/a; 11,4% (N = 5) das vezes foi a vítima que solicitou intervenção ao GAV por iniciativa própria; em 6,8% (N = 3) dos casos o encaminhamento foi realizado pelo DIAP de Coimbra e em 2,3% (N = 1) dos casos o encaminhamento foi realizado pela RNAVVD.

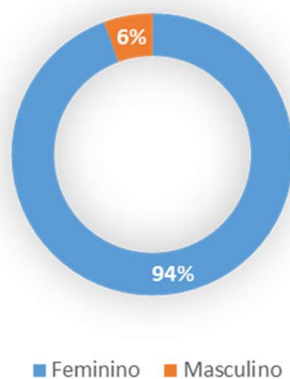
Gráfico 2. Entidades que realizaram encaminhamento



1. Caracterização das vítimas

Do total de processos, em 90,0% (N = 54) dos casos a vítima era do sexo feminino e em 10% (N = 6) era do sexo masculino.

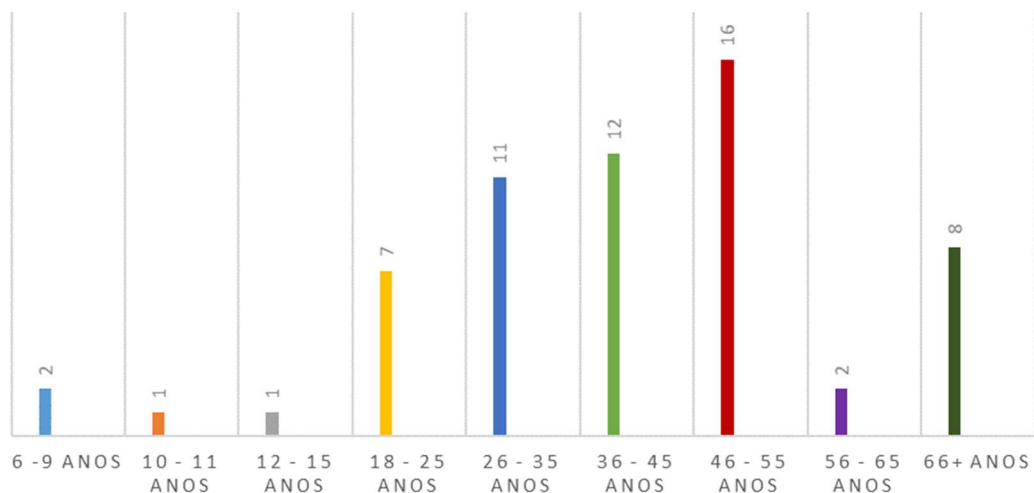
Gráfico 3. Distribuição do número de vítimas por sexo



Do total de processos, em 3,3% (N = 2) dos casos, a vítima tinha entre 6 e 9 anos de idade; em 1,7% (N = 1) a vítima tinha entre 10 e 11 anos de idade, sendo que se verificou o mesmo número de casos para vítimas entre os 12 e os 15 anos de idade (N = 1); em 11,7% (N = 7) as vítimas tinham entre os 18 e os 25 anos de idade; 18,3% (N = 11) das vítimas tinham entre 26 e 35 anos; em 20% (N = 12) dos casos, as vítimas tinham entre 36 e 45 anos; em 26,7% (N = 16) dos casos, as vítimas tinham entre 46 e 55 anos; em 3,3% (N = 2) dos casos, a vítima tinha entre 56 e 65 anos; em 13,3% (N = 8) as vítimas tinham 66 ou mais anos.

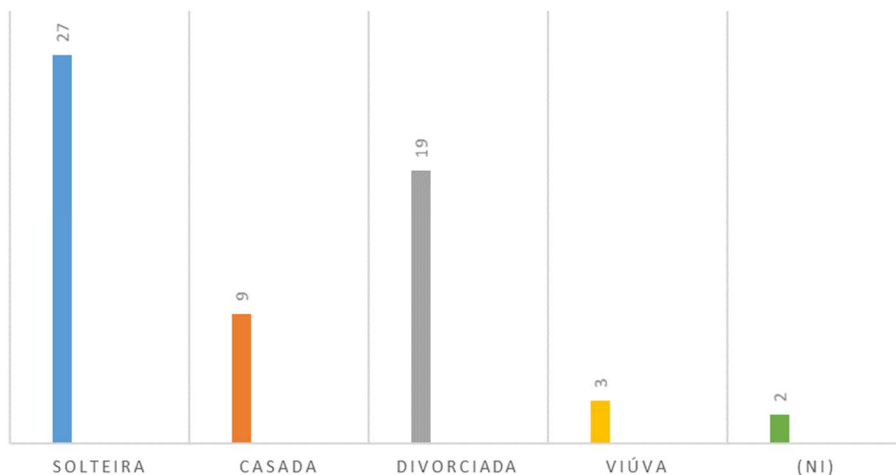
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Gráfico 4. Distribuição do número de vítimas por idade



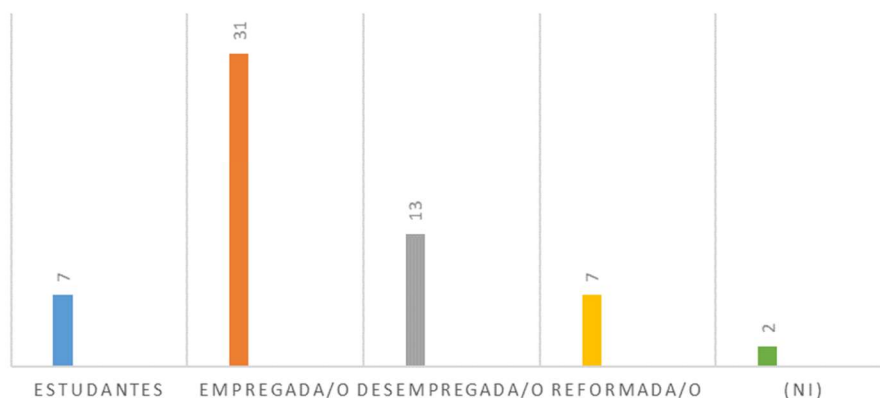
No que concerne ao estado civil das vítimas, em 45,5% (N = 20) dos casos, estas eram solteiras; em 34,1% (N = 15) dos casos, as vítimas eram divorciadas; em 11,4% (N = 5) dos casos, as vítimas eram casadas e em 6,8% (N = 3) dos casos, as vítimas eram viúvas. Não foi possível averiguar o estado civil de uma vítima (2,3%; N = 1).

Gráfico 5. Distribuição das vítimas por estado civil



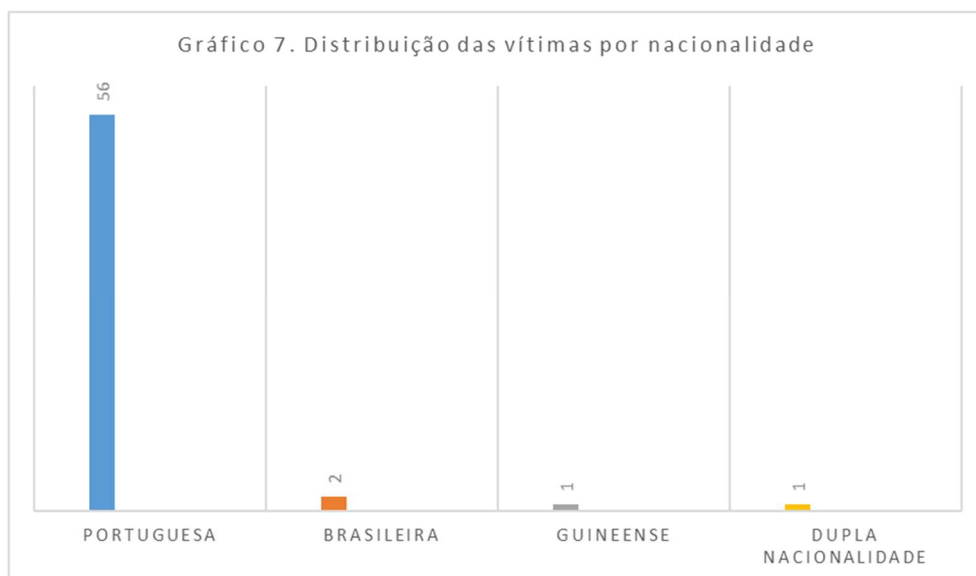
Relativamente à situação profissional, em **51,7% (N = 31) dos casos, as vítimas encontravam-se empregadas**; em 21,7% (N = 13) dos casos, as vítimas encontravam-se desempregadas; em 11,7% (N = 7) dos casos, as vítimas eram estudantes; em 11,7% (N = 7) as vítimas encontravam-se reformadas. Não foi possível averiguar a situação profissional de duas das vítimas (3,3%; N = 2).

Gráfico 6. Distribuição das vítimas de acordo com a situação profissional

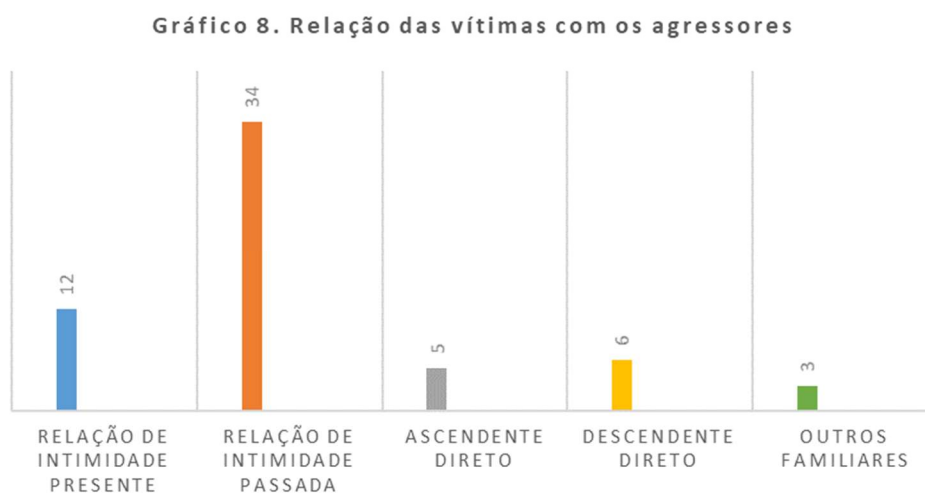


UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

No que respeita à nacionalidade, **93,3% (N = 56) das vítimas era de nacionalidade portuguesa**; 3,3% (N = 2) das vítimas era de nacionalidade brasileira; 1,7% (N = 1) tinha dupla nacionalidade, sendo que o mesmo valor se verificou para uma vítima de nacionalidade guineense.



Relativamente ao tipo de relacionamento que a vítima tinha com o agressor, em **56,7% (N = 34) dos casos tratava-se de uma relação de intimidade passada**; em 20% (N = 12) tratava-se de uma relação de intimidade presente; em 10% (N = 6) o agressor era descendente direto da vítima; em 8,3% (N = 5) o agressor era ascendente direto da vítima; em 5% (N = 3) dos casos o agressor era outro familiar da vítima.

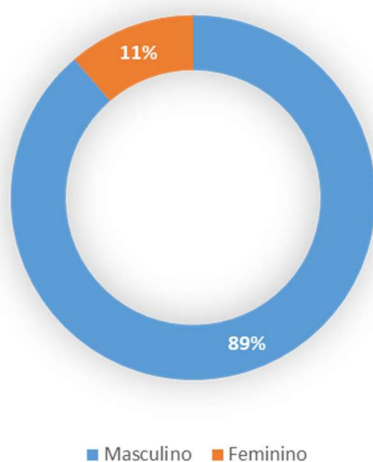


UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

2. Caracterização dos agressores

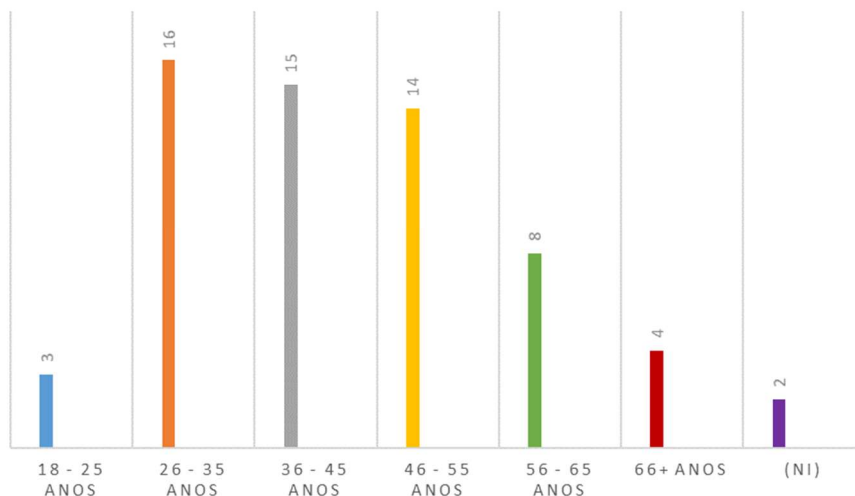
Num total de **62 agressores**, número que diverge em relação ao número de vítimas, pelo facto de ter havido casos com mais de uma vítima para um só agressor e, por outro lado, casos em que foram identificados dois ou mais agressores para uma única vítima, **88,7% (N = 55) eram do sexo masculino** e **11,3% (N = 7)** eram do sexo feminino.

Gráfico 9. Distribuição dos agressores por sexo



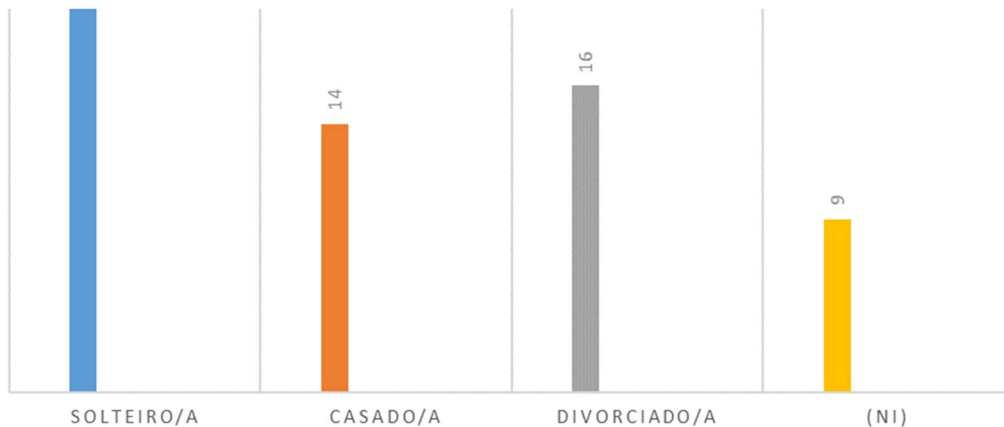
Relativamente à idade dos agressores, **4,8% (N = 3)** tinham entre 18 e 25 anos; **25,8% (N = 16) encontravam-se entre os 26 e os 35 anos**; **24,2% (N = 15) tinham entre 36 e 45 anos**; **22,6% (N = 14) tinham entre 46 e 55 anos**; **12,9% (N = 8)** tinham entre 56 e 66 anos; **6,5% (N = 4)** tinham 66 anos ou mais. Não foi possível apurar a idade de dois agressores (3,2%; N = 2).

Gráfico 10. Distribuição do número de agressores por idade



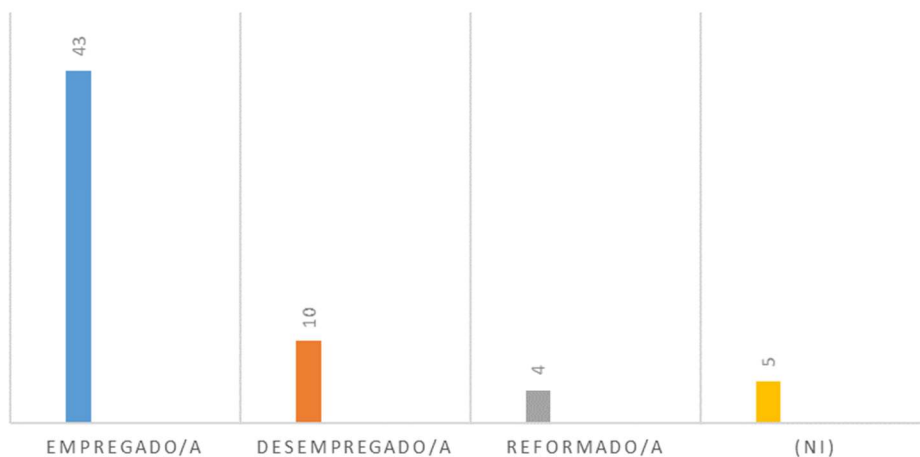
Relativamente ao estado civil dos agressores, **37,1% (N = 23) eram solteiros**, 22,6% (N = 14) eram casados e 25,8% (N = 16) eram divorciados. Não foi possível apurar o estado civil de sete agressores (14,5%; N = 9).

Gráfico 11. Distribuição do número de agressores por estado civil



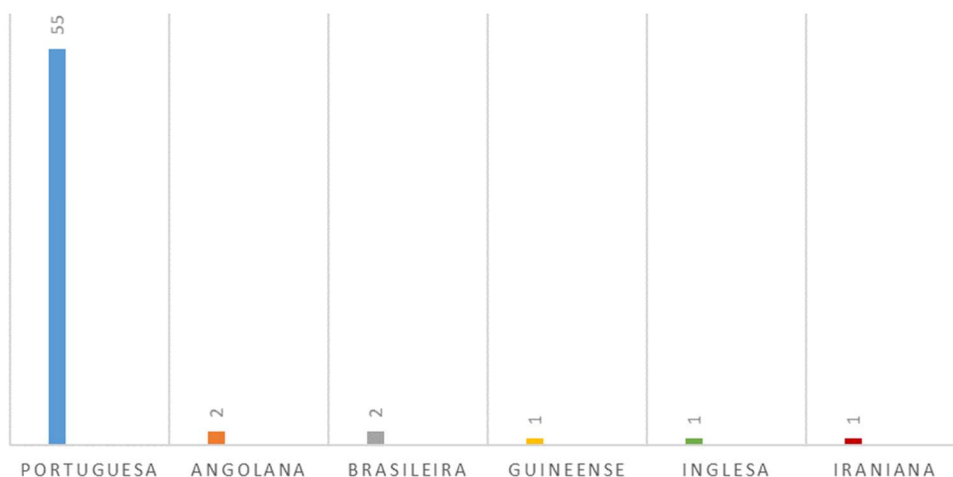
No que concerne à situação profissional, **69,4% (N = 43) encontrava-se empregado**, 16,1% (N = 10) encontrava-se desempregado e 6,5% (N = 4) encontrava-se reformado. Não foi possível apurar a situação profissional de cinco dos agressores (8,1%; N = 5).

Gráfico 12. Distribuição do número de agressores por situação profissional



Relativamente à nacionalidade, **87% (N = 40) era de nacionalidade portuguesa**, 4,3% (N = 2) era de nacionalidade angolana e as nacionalidades brasileira, guineense, inglesa e iraniana traduziram 2,2% (N = 1) cada uma do total de agressores.

Gráfico 13. Distribuição do número de agressores por nacionalidade



UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

No que respeita à situação clínica dos agressores, em 24,2% (N = 15) dos casos não foi possível apurar, 27,4% (N = 17) eram saudáveis e, de um total de 48,4% (N = 30) dos casos nos quais foi identificado um quadro clínico, em **22,6% (N = 14) dos casos foi identificado alcoolismo**, 14,5% (N = 9) tinham uma psicopatologia e 4,8% (N = 3) eram toxicodependentes, sendo que se verificou o mesmo número de agressores com doença metabólica (N = 3).

Gráfico 14. Distribuição dos agressores por situação clínica

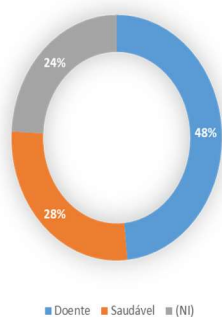
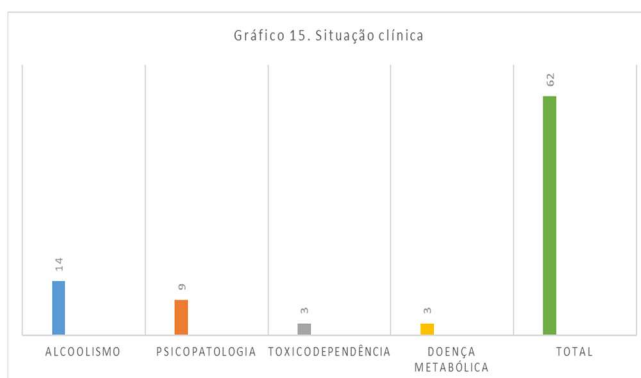


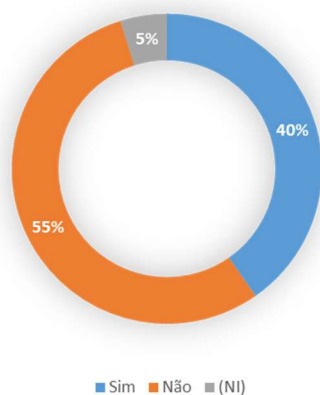
Gráfico 15. Situação clínica



Em **95,2% (N = 59) dos casos a situação clínica foi averiguada através da vítima** e em 4,8% (N = 3) essa informação constava no processo.

Relativamente aos antecedentes criminais, em 40,3% (N = 25) dos casos existiam antecedentes criminais, em **54,8% (N = 34) dos casos não se verificaram antecedentes criminais**, sendo que não foi possível apurar os antecedentes criminais de três agressores 4,8% (N = 3).

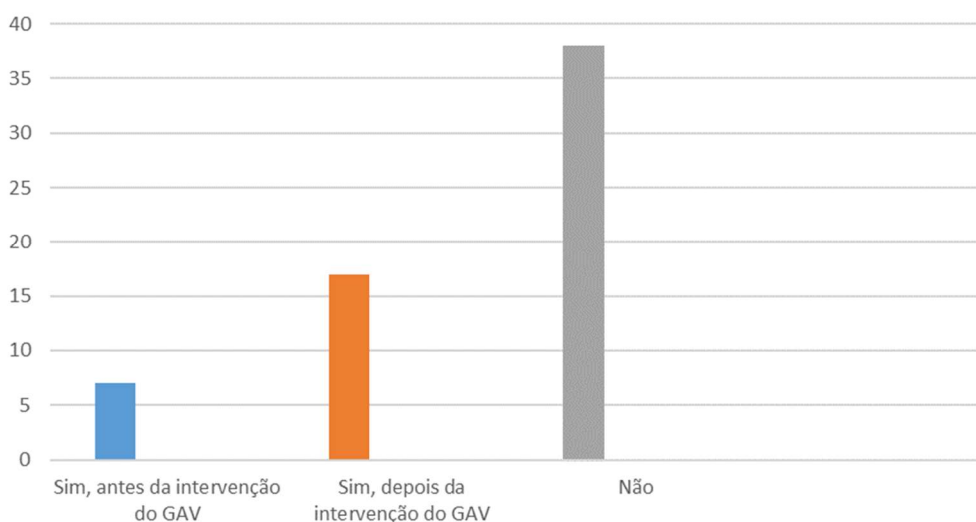
Gráfico 16. Antecedentes criminais



Em **85,5% (N = 53)** dos casos a existência de antecedentes criminais foi alegada pela vítima, enquanto que em 12,9% (N = 8) esta informação constava no processo.

Relativamente a medidas coativas aplicadas em 11,3% (N = 7) dos casos foram aplicadas medidas coativas antes da intervenção do GAV, em 27,4% (N = 17) foram aplicadas medidas coativas depois da intervenção do GAV e em **61,3% (N = 38)** dos casos não foram aplicadas medidas coativas.

Gráfico 17. Medidas coativas aplicadas



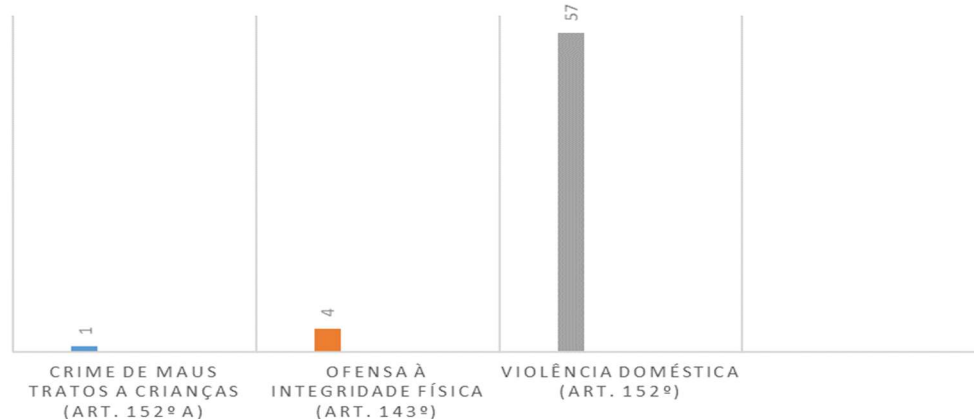
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Em 22,6% (N = 14) dos casos não existiu violação de medidas e em 16,1% (N = 10) dos casos existiu violação de medidas, sendo que desses, em apenas uma situação houve reforço das medidas coativas, com recurso a meios técnicos de controlo à distância.

3. Problemática apresentada

No que respeita à problemática apresentada, em **91,9% (N = 57) dos casos tratou-se de um crime de Violência Doméstica (art. 152º)**, em 6,5% (N = 4) o crime foi qualificado como Ofensa à Integridade Física (art. 143º) e em 1,6% (N = 1) dos casos tratou-se de um Crime de Maus Tratos a Crianças (art. 152º A).

Gráfico 18. Problemática apresentada

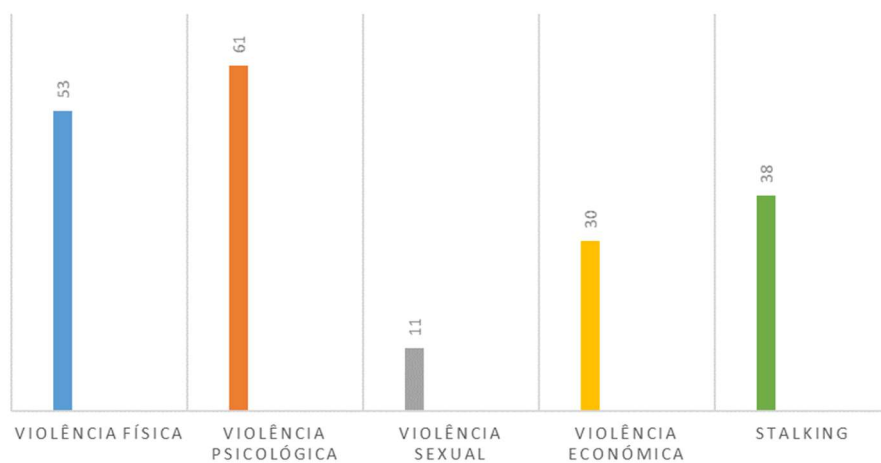


4. Caracterização da dinâmica relacional abusiva

Relativamente à frequência da vitimação, em **93,5% (N = 43) dos casos a violência foi perpetrada de forma continuada** e em 6,5% (N = 3) de forma isolada/única.

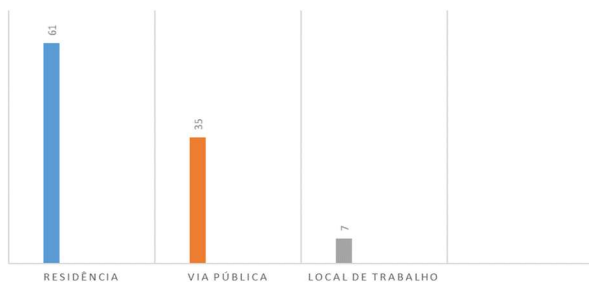
Relativamente à tipologia da violência, em **85,5% (N = 53) foi perpetrada violência física**, em **98,4% (N = 61) foi perpetrada violência psicológica**, em 17,7% (N = 11) verificou-se a existência de violência sexual, em 48,4% (N = 30) existiu violência económica e em 61,3% (N = 38) verificou-se a existência de Stalking.

Gráfico 20. Tipologia da violência



No que respeita ao local de ocorrência, em **98,4% (N = 61)** dos casos a violência ocorreu dentro da **residência**, em 56,5% (N = 35) dos casos a violência ocorreu na via pública e em 11,3% (N = 7) dos casos a violência ocorreu no local de trabalho.

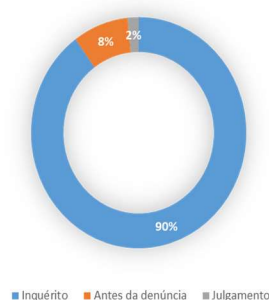
Gráfico 21. Local de ocorrência



5. Informações do Processo

Em **90% (N = 54)** dos casos a intervenção do GAV foi iniciada em fase de **Inquérito** e em 8,3% (N = 5) a intervenção foi iniciada antes da denúncia e em 1,7% (N = 1) foi iniciada em fase de Julgamento.

Gráfico 22. Fase do processo em que o GAV iniciou intervenção



UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Tendo em conta os objetivos de intervenção do GAV, apresentam-se as diligências levadas a cabo ao longo do ano de 2021:

Atendimento 60 vítimas 376 atendimentos	Avaliação/reavaliação de risco e elaboração/readaptação do plano de segurança 49	Sugestão de medidas de proteção 38
Acompanhamento denúncia junto do MP 3	Acompanhamento em inquirição junto do MP 11	Acompanhamento a Declarações para Memória Futura 15
Sugestão de medidas de coação 32	Apoio prévio para inquirição no MP 21	Apoio prévio para prestação de Declarações para Memória Futura 15
Auxílio preenchimento Requerimento de Proteção Jurídica 29	Elaboração de Relatório de Apoio à Vítima 33	Informações ao processo 31
Relatório de Avaliação de Impacto 36	Relatórios de encaminhamento 36	Articulação com RNAVVD/redes locais 36

Figura 2. Dados GAV DIAP Coimbra da UMAR: Diligências realizadas em 2021

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org



REPÚBLICA
PORTUGUESA
JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA



Durante o período em questão, considerando o total de processos acompanhados ao longo de 2021 tomou-se conhecimento de **14 despachos de acusação, 6 despachos de arquivamento, 8 sentenças condenatórias, 2 sentenças absolutórias e 2 suspensões provisórias do processo**, com injunções.

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org

B - GAV DIAP Lisboa Sul

Análise dos Atendimentos Realizados no GAV DIAP Lisboa Sul

Estatísticas do GAV Lisboa (01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021)

O GAV do DIAP Lisboa Sul da UMAP foi implementado, no Tribunal Judicial e de Comarca de Almada, a 04 de Julho de 2019, tendo como área de abrangência as comarcas de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo, (abrangendo ainda o município de Alcochete).

Em Janeiro de 2020, foi criada e implementada a SEIVD – Secção Especializada de Intervenção na Violência Doméstica na Comarca do Seixal, tendo o GAV do DIAP Lisboa Sul da UMAP permanecido na Comarca de Almada (descentralização das respostas), o que determinou o acréscimo de desafios, solicitações, deslocações, atendimentos, resultando numa sobrecarga das funções da TAV que dinamiza este gabinete.

Entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2021, o GAV DIAP Lisboa Sul da UMAP contabilizou um **total de 151 vítimas** [120 vítimas recorreram pela primeira vez ao GAV em 2021 e 31 já havia iniciado o seu processo de acompanhamento em anos transatos] num universo de 181 pessoas atendidas (familiares das vítimas, por exemplo, cujas entrevistas se afiguraram cruciais do ponto de vista da obtenção de informação complementar).

Se atendermos à figura infra verificamos que, no período em análise, o GAV registou um total de **1632 atendimentos** [893 atendimentos presenciais e 739 atendimentos telefónicos e/ou via plataformas online], perfazendo uma **média de 136 atendimentos por mês**. Atendendo-se, ainda, à média de atendimentos, observou-se que diariamente (tendo em consideração a proporção de 21 dias úteis de funcionamento mensal) o GAV regista uma média de **6,5 atendimentos por dia**, verificando-se um aumento de 1,5 atendimentos por dia por comparação com o ano civil anterior (em 2020 registou-se uma média de 5 atendimentos por dia).

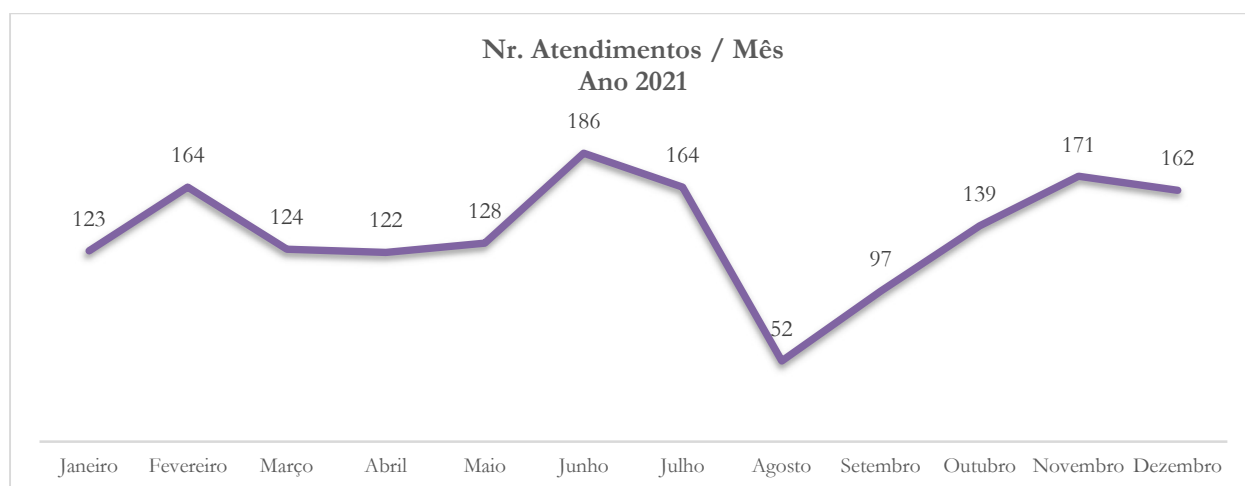
UMAP – União de Mulheres Alternativa e Resposta



Figura 1 Dados estatísticos GAV DIAP Lisboa Sul da UMAR: Vítimas e Atendimentos

De salientar, ainda que, o GAV DIAP Lisboa Sul da UMAR assume uma média de 10,8 atendimentos por vítima, o que revela o carácter de continuidade do acompanhamento efetuado junto das pessoas que recorrem a este gabinete.

Pela análise do gráfico infra, é possível constatar que tem ocorrido uma distribuição relativamente equilibrada ao longo de todos os meses do ano, excetuando-se os meses de agosto e setembro (período de férias judiciais e da TAV que dinamiza o GAV) situação que originou uma diminuição do número de atendimentos (52 e 97, respetivamente).



¹Gráfico 1. Atendimentos por mês

¹ Os valores apresentados referentes aos meses de Abril (122), Maio (128) e Junho (186) não estão em conformidade com os apresentados em relatório semestral 2021 [Abril (115), Maio (124) e Junho (170)] por não ter sido identificado, anteriormente, erro na fórmula de contabilização na base de dados utilizada para o tratamento estatístico dos dados – programa Excel.

Em contrapartida, o mês de junho foi aquele que apresentou a maior taxa de prevalência, seguido dos meses de novembro, fevereiro, julho e dezembro.

Das 151 vítimas que recorreram ao GAV em 2021 pudemos verificar que a maioria (93%, n=140) foi encaminhada pelo sistema judicial, nomeadamente 71 por parte dos Juízos de Instrução Criminal (Almada, Barreiro e Seixal), 49 por parte da SEIVD – Secção Especializada e Integrada de Violência Doméstica, 10 por parte de outros funcionários judiciais (eg.: Sr./Sra. Secretário/a, Escrivão/escrivã de direito, Técnicos/as de justiça), 4 por parte do Juízo Criminal Coletivo de Almada e 3 das vítimas encaminhadas pelos Juízos Locais de Almada.

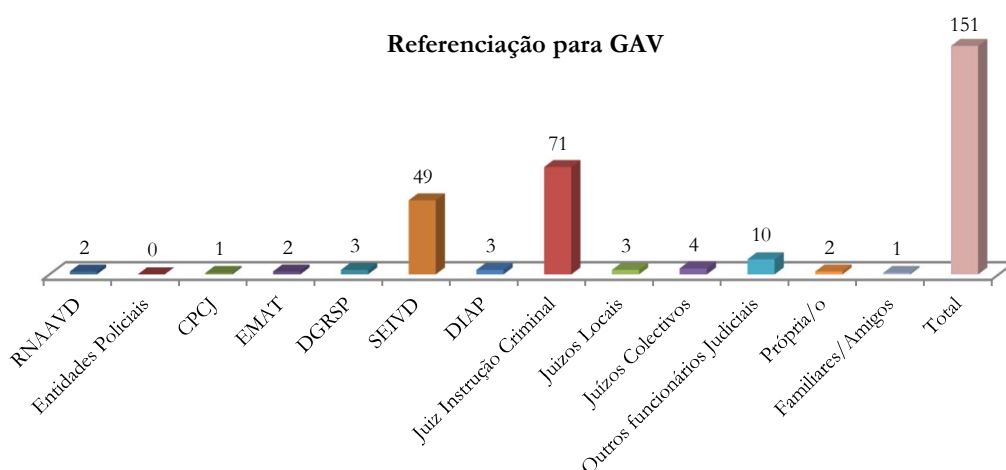


Gráfico 2. Entidades responsáveis pelo encaminhamento das vítimas para o GAV

Como é conhecido, o GAV do DIAP Lisboa Sul abrange, do ponto de vista da sua intervenção, uma vasta área geográfica de intervenção, nomeadamente as comarcas de Almada, Seixal, Moita, Montijo (integra municípios do Montijo e Alcochete) e Barreiro sendo a deslocação para a realização do atendimento e acompanhamento assegurada pela técnica do GAV nos Tribunais mais próximos da área de residência das vítimas.

Urge, por isso, identificar quais as comarcas judiciais que mais requerem a intervenção do GAV para, assim, melhor compreender a sua dinâmica. Assim, através do gráfico que se apresenta, podemos aferir que a

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Comarca de Almada, comarca onde se insere o Gabinete, continua a ser aquela que mais solicita a intervenção do Gabinete, quer na fase de inquérito, quer na fase de julgamento (56%, 85 vítimas), seguidas das Comarcas do Barreiro e Seixal (13% cada, a que correspondem 20 vítimas provenientes de cada uma das comarcas). De salientar que, ao longo do ano 2021 o GAV foi ainda contactado por 3 vítimas expondo a sua história de vitimação e requerendo apoio/intervenção do gabinete no processo-crime que corriam termos nas comarcas de Lisboa, Oeiras e Porto tendo, nestes processos sido elaborados relatórios de avaliação de risco sugerindo a aplicação de medidas coativas aos alegados agressores e encaminhadas para os serviços mais próximos das suas residências.

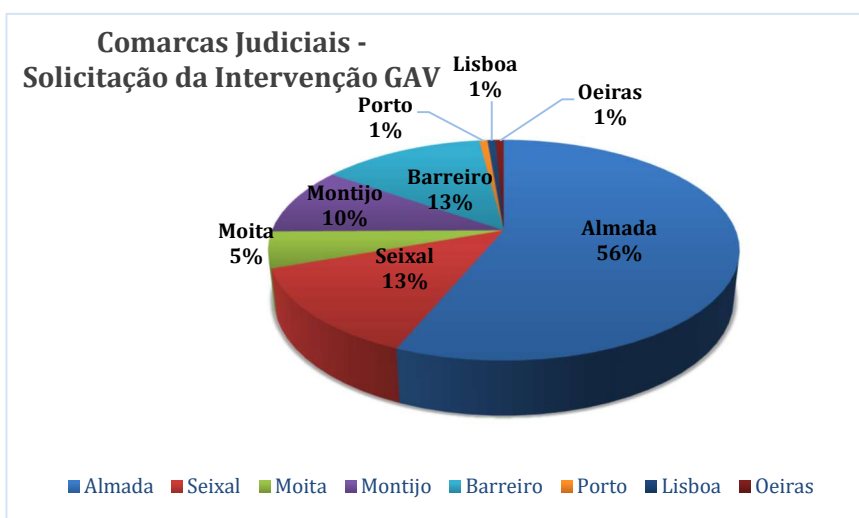


Gráfico 3. Comarcas judiciais que requerem a intervenção do GAV

1. Caracterização das Vítimas:

Atendendo ao número de vítimas atendidas em 2021, 79% era do sexo feminino (120 vítimas) e 21% do sexo masculino (31 vítimas).



Gráfico 4. Sexo das Vítimas

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

No que concerne à sua distribuição por idade verificamos que 54% das vítimas é adulta (idades entre os 18 e os 88 anos) e 46% é criança (idades entre os 3 e os 17 anos).

Ao cruzarmos a variável sexo das vítimas com a variável idade das vítimas observamos que, das 120 vítimas do sexo feminino, 42 eram crianças (idades inferiores a 18 anos) e, das 31 vítimas do sexo masculino, 26 eram crianças.

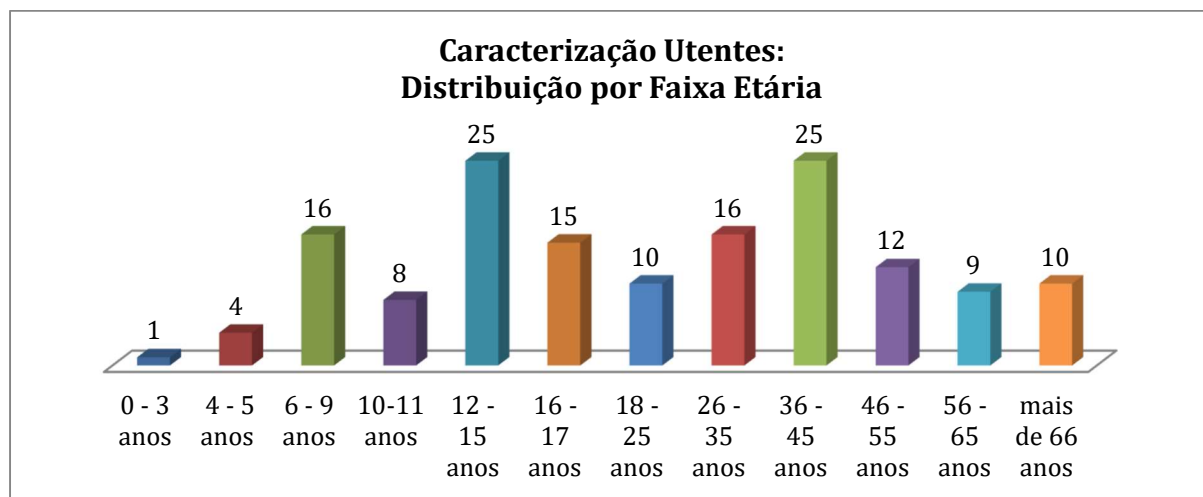


Gráfico 5. Faixa Etária das Vítimas

Se atendermos à sua distribuição por faixa etária verificamos que o GAV interveio nas mais diversas idades tendo a vítima mais nova atendida, 3 anos e, a mais velha, 88 anos. Os grupos etários que apresentam maior representação são os com idades compreendidas entre os 12 - 15 anos e os 36 - 45 anos de idade, com 16% cada, a que correspondem 25 vítimas cada.

No que respeita ao estado civil das 151 vítimas, 70% (106) era solteira, 18% (27) encontrava-se casada, 7% (11) estava, à data da intervenção do GAV divorciada e, 5% (7) era viúva (processos-crime por violência contra pessoas idosas, cujo agressor era filho e/ou outro familiar).

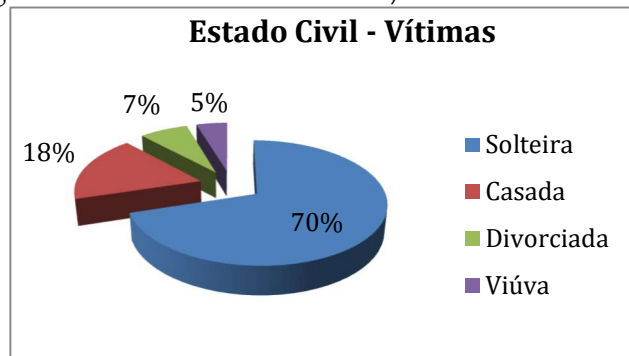


Gráfico 6. Estado Civil das Vítimas

Relativamente à situação profissional, 45% (68) das vítimas é estudante, 27% (40) encontra-se inserida no mercado de trabalho, 18% (27) está desempregada e 7% (11) está reformada. Salienta-se, ainda, não ter sido possível obter esta informação junto de 5 vítimas (3%).



Gráfico 7. Situação Profissional das Vítimas

Relativamente à nacionalidade das vítimas, a maioria era de nacionalidade portuguesa (89%, 134) e 11% de nacionalidade estrangeira, nomeadamente 4,6% de nacionalidade brasileira (7), 2% de nacionalidade cabo-

verdiana (3), 1,3% de nacionalidade guineense (2) e 0,6% (1) de nacionalidade senegalesa, santomense, moldava, moçambicana e angolana.

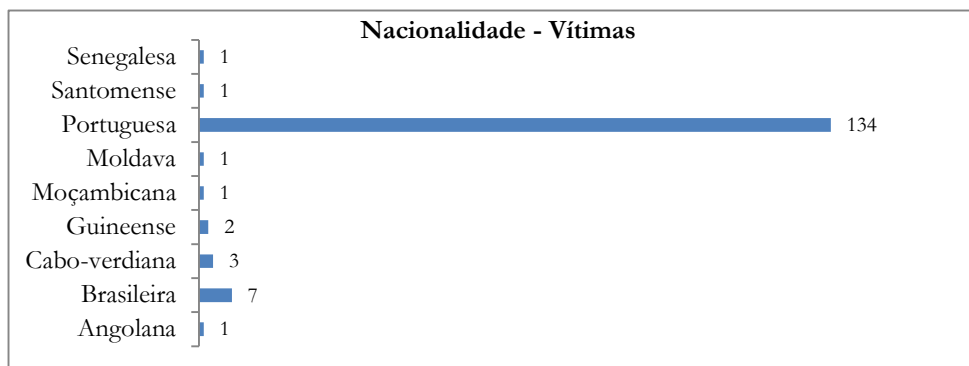


Gráfico 8. Nacionalidade das Vítimas

32% das vítimas (50) era descendente direto do/a agressor/a, i.é, identificou uma história de vitimação perpetrada pelo pai e /ou mãe, 23% (36 vítimas) mantinha-se, à data em que recorreu ao GAV, numa relação de intimidade com o/a agressor/a e, 20% (31 vítimas) das vítimas apresentava um contexto de vitimação pós separação da relação de intimidade (relação de intimidade passada).

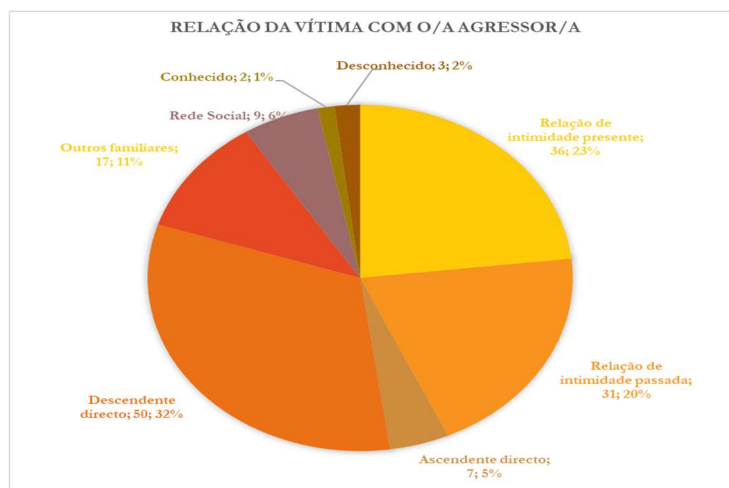


Gráfico 9. Relação da Vítima com o/a Agressor/a

2. Caracterização dos/as Agressores:

Em 2021 foram contabilizados **155 agressores**, número divergente do das vítimas (151) dado que 4 das vítimas que recorreram ao GAV apresentaram um padrão de violência perpetrado por 2 ofensores (eg.: marido e filho ou mãe e pai).

Se atendermos ao sexo dos/as agressores identificados verificamos que 90% (139) era do sexo masculino e 10% do sexo feminino (16).

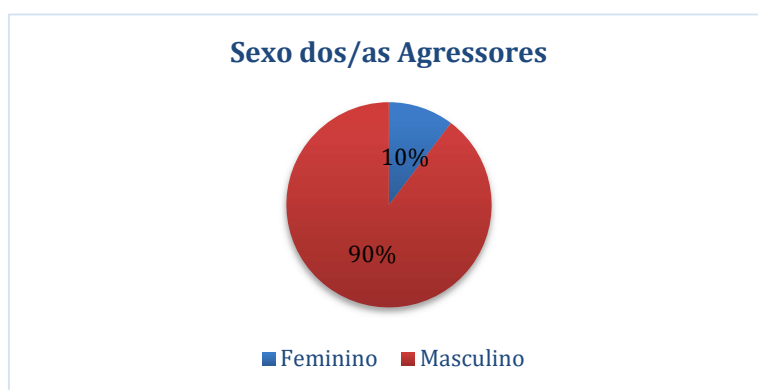


Gráfico 10 Sexo dos Agressores

No que concerne à sua distribuição por idade verificamos que, 25% dos/as agressores (39) apresentavam idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos de idade e, 20% encontrava-se na faixa etária 26-35 anos (31 agressores). Dois dos agressores identificados apresentavam 17 anos de idade.

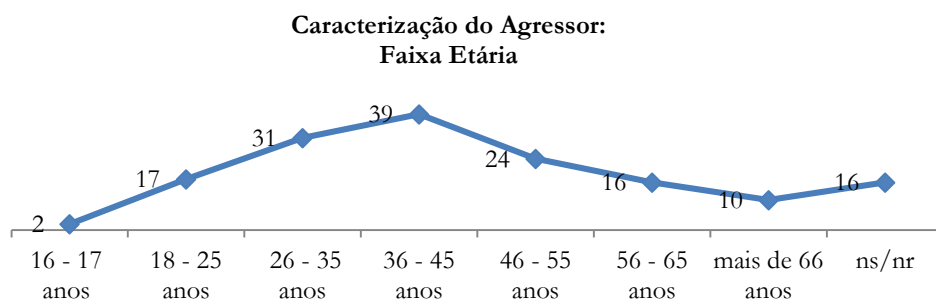


Gráfico 11. Idade dos Agressores

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

51% dos/as agressores identificados era solteiro/a (79) e 37% casado/a (57 agressores), ao passo que 6% (9) encontrava-se divorciado/a.

Em 10 situações não foi possível recolher a informação relativa ao estado civil dos/as agressores.

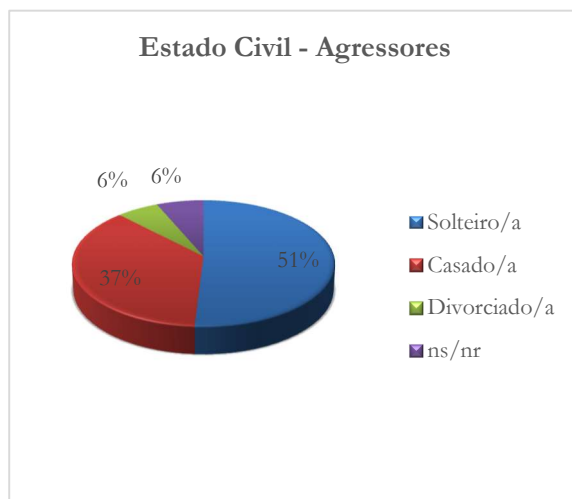


Gráfico 12. Estado Civil dos Agressores

Relativamente à sua situação profissional, 52% dos/as agressores (81) encontrava-se, à data da intervenção do gabinete, inserido no mercado de trabalho, 25% (38) estava desempregado/a, 5% (8) era reformado/a e 3% (5) era estudante.

Salienta-se, ainda, não ter sido possível obter esta informação relativa a 23 agressores a que corresponde 15% da amostra.

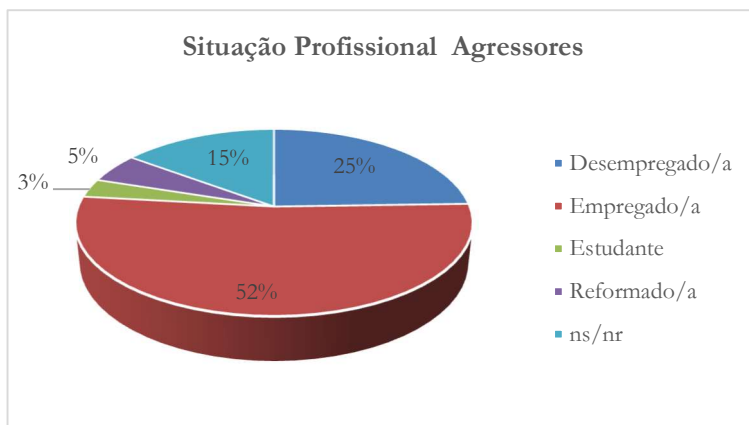


Gráfico 13. Situação Profissional dos Agressores

À semelhança das vítimas, a maioria dos/as agressores apresenta nacionalidade portuguesa (80%, 124), 17% (22 agressores) de nacionalidade estrangeira e em 3% das situações (5) não foi possível obter esta informação.

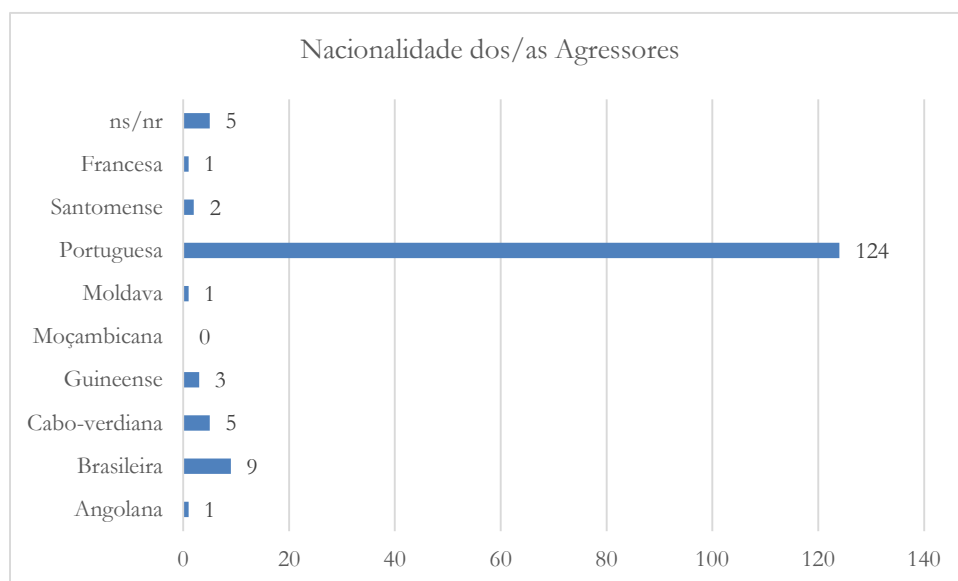


Gráfico 14. Nacionalidade dos/as Agressores

No que concerne à condição de saúde das/dos agressoras/es, foi possível identificar que 55% (85) foi identificado como saudável, ao passo que 39% (61) foi caracterizado como doente. Dos 61 agressores identificados como doentes, foram apontadas patologias clínicas como as seguintes: alcoolismo (35), toxicodependência (16), psicopatologia (9) e doença oncológica (1).

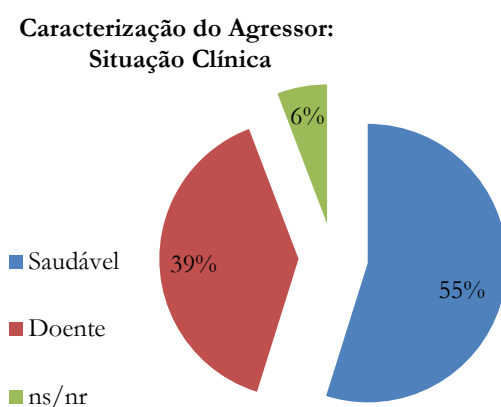


Gráfico 15. Situação Clínica dos Agressores

Caracterização do Agressor: Tipo de Doença

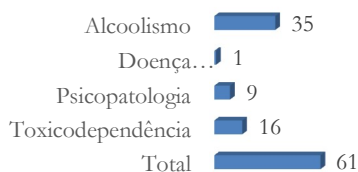


Gráfico 16. Doença identificadas nos Agressores

Esta informação clínica proveio maioritariamente das entrevistas realizadas com as vítimas (64%) sendo que, em 36% (49) a informação referente à condição clínica dos/as agressores foi obtida por via da consulta das peças processuais dos autos de inquéritos disponibilizados ao GAV para consulta.

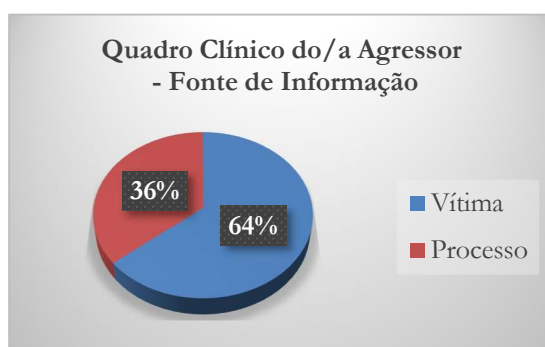
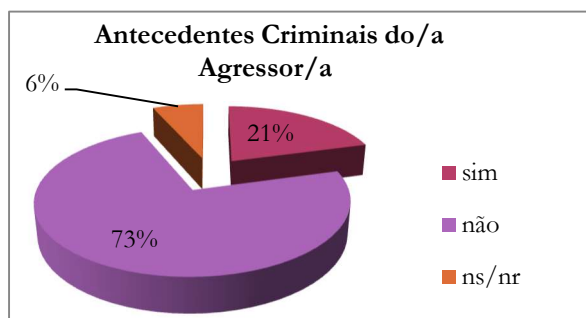


Gráfico 17. Fonte de Informação Quadro Clínico dos/as Agressores

Atendendo-se, agora, à presença de antecedentes criminais por parte dos/as agressores, verificamos que 21% já tinha praticado crimes, a que corresponde um valor total de 32 agressores que foram acusados/condenados



anteriormente pela prática de crimes de diferentes tipologias, entre elas crimes contra pessoas, contra a vida a sociedade, contra o património, entre outros. Esta informação foi obtida quer por via das entrevistas realizadas junto das vítimas (46%) quer da consulta dos autos de inquérito (48%).

Gráfico 18. Antecedentes Criminais dos/as Agressores

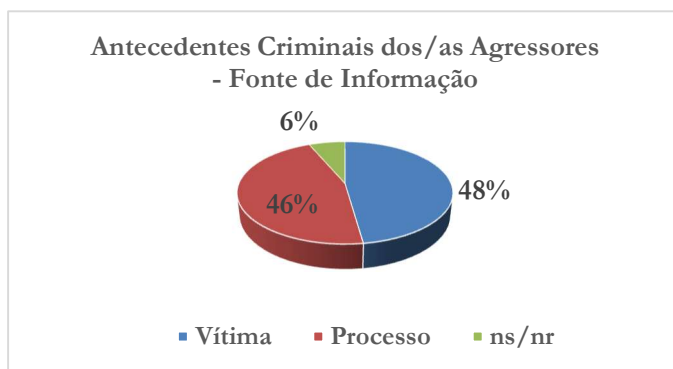


Gráfico 19. Fonte Informação: Antecedentes Criminais dos Agressores

No âmbito do processo-crime que motivou a intervenção do GAV foram promovidas e aplicadas medidas coativas em 35% das situações, i. é, junto de 55 agressores/as sendo de salientar o contributo do GAV, através da junção de relatórios de reavaliação de risco e/ou de junção de nova factualidade que contribuiu para a promoção de tais medidas coativas em 11 processos (7% das situações).

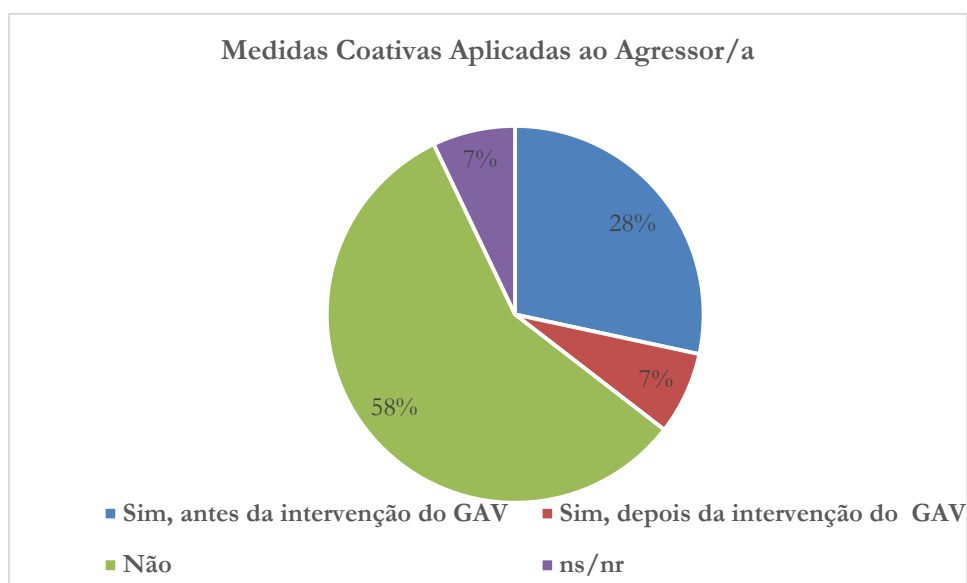


Gráfico 20. Medidas Coativas aplicadas aos Agressores

O GAV teve ainda conhecimento da violação por parte de um agressor da medida coativa aplicada em fase de inquérito – proibição de contactos e medida de afastamento fiscalizada por meios eletrónicos, tendo sido posteriormente aplicada medida mais grave, designadamente, a prisão preventiva.

4. Problemática Apresentada

81% das vítimas (n=122) que recorreu ao GAV era vítima de Violência Doméstica, pelo crime 152º do Código Penal. O GAV interveio, também, em 7 processos qualificados pelo crime 152º A – Maus Tratos a Crianças, a que corresponde 5% da amostra. No ano de 2021 foi, ainda, chamado a intervir em 16 processos qualificados no artº 171º - Abuso sexual de crianças e em 3 processos que estavam em causa Atos sexuais com adolescentes (artº 173º).

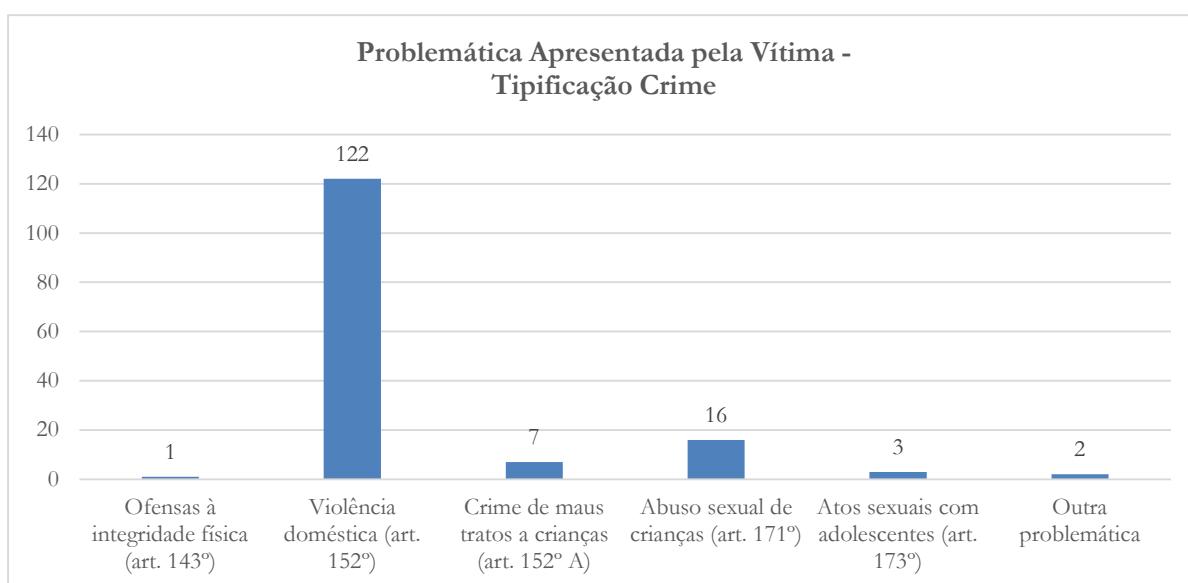


Gráfico 21. Problemática Apresentada

5. Dinâmica Relacional Abusiva

Em 2021, a maioria das vítimas que recorreu ao GAV (86%, 130 vítimas) apresentou uma história de vitimação múltipla e reiterada, identificando-se a violência psicológica como a manifestação abusiva mais comumente reportada (88%), logo seguida da violência física (75%).

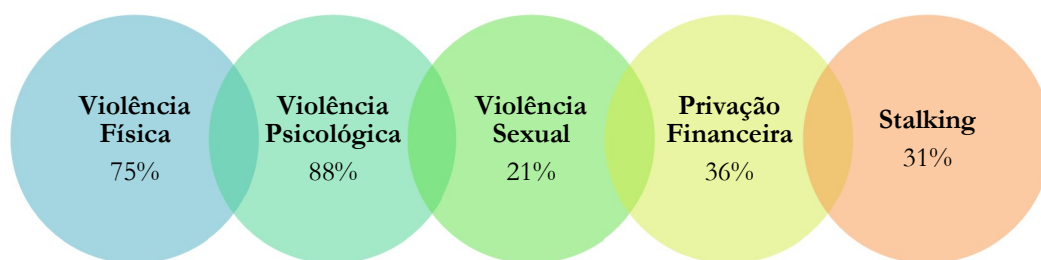


Figura 2. Manifestações de Violência

As descrições factuais de quadros de privação financeira, de privação de bens essenciais, de não comparticipação nas despesas do agregado, de retirada do dinheiro às vítimas (privação financeira) bem como de controlo de todos os seus movimentos/mensagens/telemóveis/vestuário, perseguição (stalking) continuam a surgir como estratégias utilizadas para isolar, controlar e exercer um maior poder sobre as vítimas em 36% e 31%, respetivamente.

Relativamente à violência sexual, manifestação de violência frequentemente subdiagnosticada (pelo sentimento de vergonha, maior dificuldade na revelação por parte da vítima ou mesmo pela não validação de relações sexuais forçados / coação e a violação como tipos ilícitos contra elas praticados) verificamos ter sido revelada por 21% das vítimas que recorreu ao gabinete.

Da narrativa de vitimação recolhida em contexto de atendimento foi possível apurar que a maioria das vítimas foi agredida em múltiplos contextos de vitimação. Porém, a residência continua a ser o espaço mais perigoso para as vítimas que recorreram ao GAV em 2021, tendo sido elencado como o lugar para a prática do crime (reportado por 95% das vítimas, **num total de 143**). 17% (25) reportou, ainda, ter sido agredida/o na via pública.

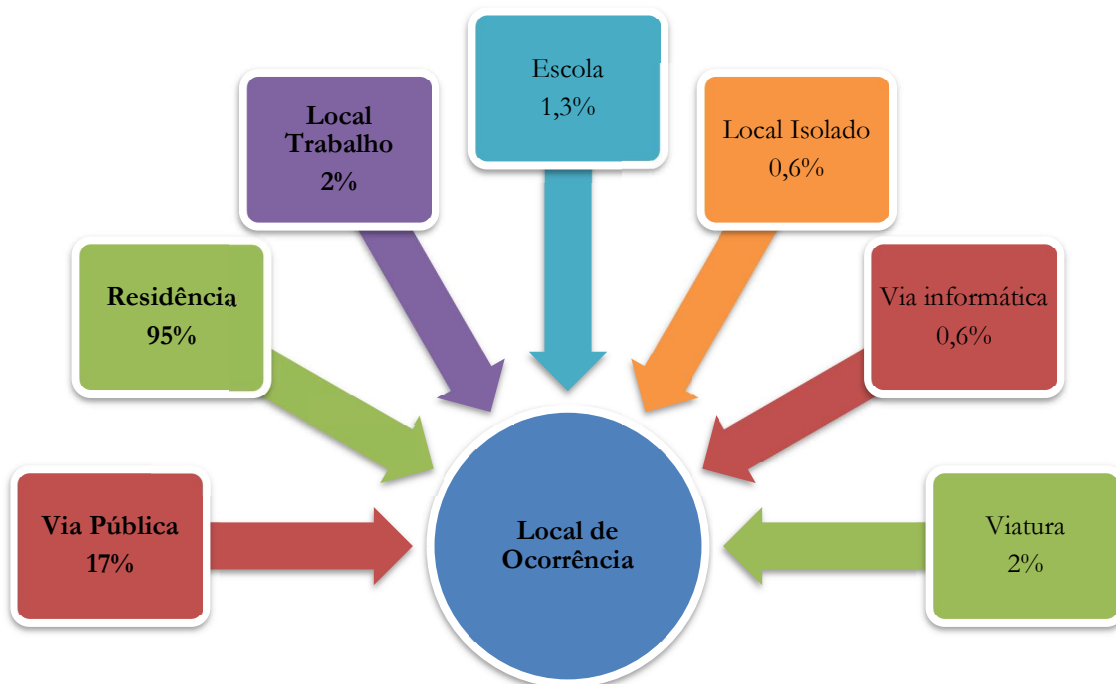


Figura 3. Local de Ocorrência

81% (123) identificou vivenciar uma situação de violência reiterada, ao passo que 19% (28) identificou um quadro de vitimação isolado.

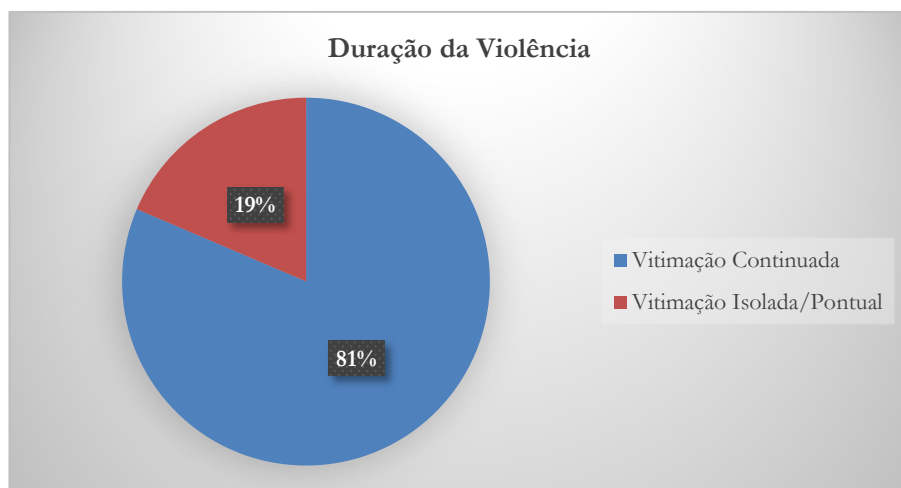


Gráfico 22. Duração da Violência

6. A Intervenção do GAV

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org

No ano de 2021, o GAV foi chamado a intervir em 134 processos (89%) que se encontravam em fase de inquérito para, maioritariamente, desenvolver as seguintes actividades:

- a) Preparar e acompanhar as vítimas para prestação de declarações de memória futura
- b) Atendimento e acompanhamento das vítimas no âmbito do seu processo de vitimação e consequente encaminhamento para Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.
- c) Elaboração de pareceres técnicos especializados.

De salientar, ainda, que ao longo do ano, a técnica do GAV foi convocada como perita em audiências de julgamento em 9 processos que interveio anteriormente na fase de inquérito (em anos transatos). Foi, ainda, solicitada a sua intervenção junto de 8 vítimas cujo processo crime já havia findado (pós julgamento), com o intuito de auxiliar a vítima na interpretação das sentenças, penas acessórias aplicadas aos condenados, desconstrução de crenças e ambivalências face aos mesmos, entre outros.

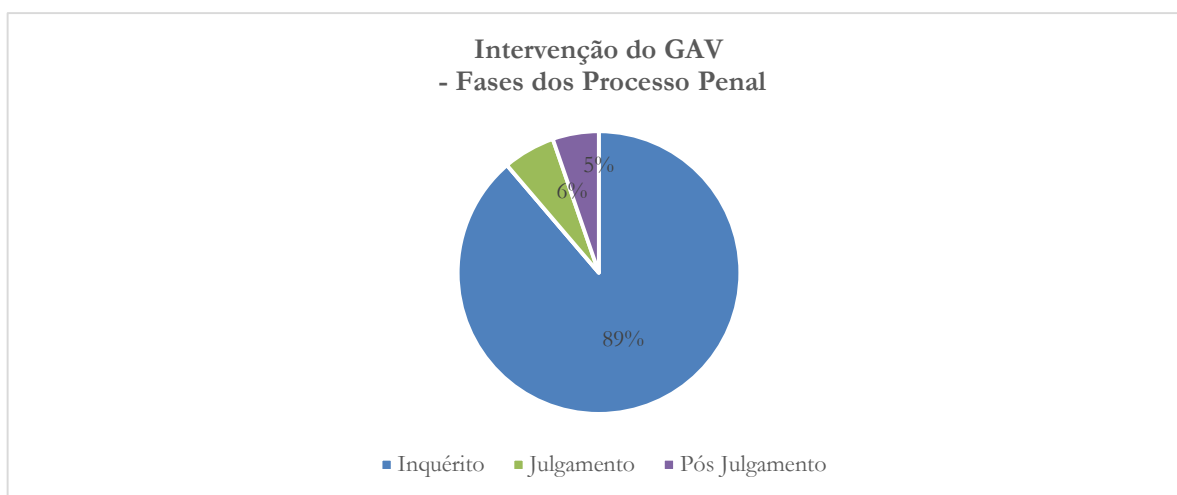


Gráfico 23. Intervenção do GAV: Fases do processo penal

Para uma melhor compreensão do objetivo da intervenção/ diligências realizadas pelo GAV ao longo do ano 2021 junto das 151 vítimas propomos a análise da seguinte grelha de atividades:



Figura 4. Diligências realizadas pelo GAV

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Ao longo do ano civil 2021, ao GAV foram comunicados 13 despachos de acusação, 13 sentenças condenatórias, 1 sentença absolutória (a aguardar resposta ao Recurso junto do Tribunal da Relação), 2 Suspensões Provisórias do Processo com injunções e regras de condutas e 2 despachos de arquivamento.

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org

Parte II

A Formação

Dando cumprimento ao plano de ação dos GAV DIAP geridos pela UMAR, no início do ano em apreço, foi divulgada a 1ª ação de formação dirigida a oficiais de justiça, na qual contámos com a gentil colaboração da PGR. Esta 1ª ação de formação foi, inicialmente, divulgada nas comarcas englobadas pelo GAV DIAP Lisboa Sul, contudo, e apesar dos esforços encetados, não foi possível reunir um número suficiente de formandas/os para constituir um grupo. Esta ação de formação foi reiterada na sua divulgação em mais 2 momentos e, desta feita, dirigida também às e aos funcionários do GAV DIAP de Coimbra, mas sem inscrições suficientes que possibilitassem a constituição de um grupo em cada uma das comarcas. Por esse motivo, tomámos a decisão de dar início à formação constituindo um grupo que englobou as/os funcionárias/os de justiça dos GAV DIAP Lisboa Sul e do GAV DIAP Coimbra.

Ainda no 1º Trimestre do ano em apreço, avançámos com a divulgação de outra ação de formação dirigida a Magistradas e Magistrados dos DIAP Lisboa Sul e de Coimbra, contudo, apesar de se ter alterado a estratégia de divulgação acrescentando um contacto mais personalizado com as Magistradas e Magistrados através dos GAV DIAP, tivemos de a cancelar pois o número de inscrições foi insuficiente para a constituição de um grupo, a saber, 3 inscrições.

Da ação de formação realizada tivemos um total de 9 participantes: 5 das comarcas da abrangência do GAV DIAP Lisboa Sul e 4 das comarcas do GAV DIAP Coimbra.

O programa da formação² bem como a sua metodologia mantiveram-se em conformidade com o proposto pois, dos 5 questionários preenchidos no âmbito do diagnóstico de necessidades formativas, não foram levantadas questões nem colocadas sugestões que exigissem a sua alteração.

Apesar das e dos formandos terem frequentado a formação assiduamente, não dispunham de uma organização e condições no seu local de trabalho que as/os possibilitasse poderem estar de uma forma mais atenta nas sessões. Algumas/alguns não tinham disponível equipamento informático compatível com aquilo

² O programa de formação consta em anexo e integra o presente relatório
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

que era exigido para as sessões zoom, bem como mantinham as suas atividades profissionais em simultâneo à formação.

Foi solicitado às e aos formandos uma avaliação da ação de formação, contudo, somente 2 pessoas colaboraram enviando as suas considerações.

Apreciação Global

Os resultados alcançados, quer no que diz respeito à fraca adesão às ações formativas, que se revelaram repetidamente quer num número de inscrições insuficientes, quer no modo como se desenvolveu a ação de formação, têm de ser compreendidos e contextualizados pela situação pandémica que se colocou e que se continua a colocar mundialmente e o modo como tem influenciado a organização do trabalho.

A par desta consideração, questionamo-nos também sobre a necessidade de, para a implementação das ações de formação, haver uma orientação por parte das/dos procuradores coordenadores dos GAV, no sentido de aliviarem as pessoas formandas de diligências que tenham em mãos, bem como de se aliarem à divulgação dos cursos de uma forma mais personalizada.

A UMAR, face aos resultados apresentados, mostra-se disponível para reavaliar estratégias de divulgação e de aproximação ao sistema judicial, de forma a que aumente as possibilidades de uma maior participação e adesão às ações formativas propostas.

PARTE III

CONCLUSÕES E IDENTIFICAÇÃO DE CONSTRANGIMENTOS

Apesar do normal funcionamento dos GAV DIAP geridos pela UMAR, conforme os dados de que vos damos conhecimento, reveladores de como os GAV estão a contar com um bom acolhimento no espaço judicial, ainda assim, aproveitamos para reiterar alguns constrangimentos já identificados em relatórios anteriores.

O GAV DIAP Lisboa Sul tem alocado uma TAV, recurso humano insuficiente para responder a todas as comarcas que abrange. Por sobrecarga dos agendamentos, o CAM - UMAR já teve e prevê ter de destacar uma TAV deste serviço para conseguir dar resposta às solicitações por parte dos tribunais.

Tendo como referência os dados aqui apresentados, designadamente o número médio de atendimentos por dia, a saber 6.5, é evidente a sobrecarga de serviço tendo em conta as outras atividades também da responsabilidade da profissional.

Pela abrangência da comarca, as exigências de deslocação têm sido colmatadas através da utilização da viatura pessoal da TAV, o que coloca questões importantes em termos de segurança e de reserva da vida privada da profissional, bem como gastos acrescidos não contemplados com o presente protocolo.

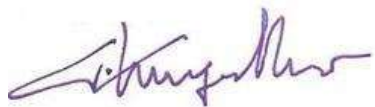
O GAV DIAP Lisboa Sul continua a não ter oficial de justiça destacado, o que implica também uma sobrecarga de tarefas administrativas na profissional que presta serviços ao GAV, bem como na necessidade do CAM - UMAR ter de continuar a prestar apoio nessa área.

O GAV DIAP Coimbra, mantém o seu funcionamento em local distinto do funcionamento do DIAP, o que coloca diferentes níveis de constrangimentos. O edifício onde está sitiado o GAV DIAP Coimbra é de escritórios, o que compromete o anonimato da vítima bem como a sua segurança e a segurança da TAV. Já foram reportados vários incidentes que decorreram da localização do GAV.

O facto do GAV estar situado em local distinto do DIAP dificulta a articulação com a TAV, bem como dificulta a sua intervenção naquilo que é o modelo dos GAV geridos pela UMAR. Avaliando o número médio de atendimentos por dia, a saber 1,49, apesar de um aumento aproximado de 59% do número de atendimentos, percebemos como este gabinete não está a ser utilizado em todas as suas potencialidades.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2022

A vice - presidente da UMAR



A coordenadora técnica do
CAM - UMAR

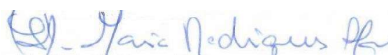


UMAR
UMAR - União, Mulheres
Alternativa e Resposta

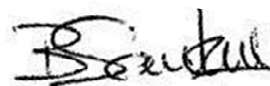
A TAV
GAV DIAP Lisboa SUL



A Diretora técnica do PRATI



A TAV
GAV DIAP Coimbra



UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Ação de formação

O Espaço Judicial e os Processos de Vitimação

Duração: 15h

DESTINATÁRIOS/AS

Funcionários/as do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa Sul e Coimbra.

ENQUADRAMENTO

Partindo da premissa de que todas as pessoas têm contributos significativos para a formação do conhecimento e de que os conhecimentos prévios só são passíveis de desconstruir a partir da sua vivência, experiencição grupal como a única forma de aceder à sua conscientização, a UMAR propõe-se desenvolver uma formação dirigida a profissionais do sistema judicial em que o espaço formativo e o lugar da formação se construa a partir das teias relacionais que surjam na sua experiencição.

Deste modo, o lugar formativo constitui-se como um lugar construtivista em que os conteúdos são trabalhados em conformidade com a realidade subjetiva de cada formanda/o. Neste sentido, os conteúdos serão trabalhados em articulação com a sua relação a contextos reais.

A UMAR pretende, de acordo com a sua filosofia pedagógica, que a formação se constitua um espaço e tempo de partilha de saberes e reflexão (auto)crítica coletiva. De acordo com os estudos na área, sabemos que só “acontece formação” (Cortesão 1988) se as pessoas ativarem as suas vontades e intencionalidades nos conteúdos a trabalhar. Todas e todos nós, para aprendermos algo de novo, temos de relacionar com o que já sabíamos, (re-)significar esse novo conteúdo e (re)arrumá-lo na nossa matriz cognitiva. Este processo consiste numa mudança interna, pessoal, que se torna mais consolidada quando comunicada a outra(s) pessoas. É nesse

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

sentido que se torna claro como cada pessoa é construtora do seu próprio saber, na complexidade da articulação entre as experiências vividas e subjetividades, com os saberes teóricos ou factuais a que todas e todos vamos tendo acesso.

Cada pessoa é única no modo como articula as diversas dimensões do seu saber, experiência e subjetividade e a formação deve constituir-se como espaço-tempo privilegiado para o processo formativo. Esta complexidade é também transportada para os contextos profissionais. Cada profissional encontra-se num lugar e tempo de cruzamento dialético incessante entre implicação e distanciação face ao objeto do seu trabalho e às instituições onde exercem, mas também entre a afetividade e a racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a auto-formação e heteroformação, a ciência e a arte (Barbier e Fourcade 2008: 1, trad livre). É neste sentido que a formação que intitulámos “Espaço Judicial e os Processo de Vitimação” se pretende construtivo e, simultaneamente, individual e coletivo.

A seguir, apresentam-se o plano da formação “Espaço Judicial e os Processo de Vitimação”, com os conteúdos, metodologia e métodos de avaliação da formação. Este plano poderá, ainda, sofrer alterações em função da análise dos resultados do Questionário de Levantamento das Expectativas e Interesses de Formação.

OBJETIVOS

- a) Melhorar a compreensão e a intervenção com vítimas de violência de género e doméstica em articulação com a avaliação e gestão de risco;
- b) Aprofundar competências relativamente ao atendimento e encaminhamento a vítimas de violência de género e doméstica;
- c) Consolidar competências de avaliação de risco, harmonizando metodologias de avaliação e gestão de risco;
- d) Proporcionar um espaço / tempo de reflexão conjunta e partilha de saberes;
- e) Promover o trabalho em rede.

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta



CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

MÓDULO I - VIOLÊNCIA DE GÉNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CONHECER A SITUAÇÃO E REFLETIR SOBRE ELA - 5 horas

1. Distinção conceptual entre:

1.1. Violência de Género

1.2. Violência contra as Mulheres

1.3. Violência Doméstica

1.4. Violência nas relações de intimidade

1.5. Crenças, estereótipos e atitudes bloqueadoras da intervenção

2. Dinâmicas e processos associados à violência doméstica e de género:

2.1. Ciclo da Violência

2.2. Poder e Controlo

2.3. Especificidades da relação abusiva: fatores explicativos para a sua manutenção

3. Intervenção em rede

2.1. A importância do trabalho multidisciplinar em rede

2.2. Os/as Diferentes Profissionais na Intervenção: competências, limites, atitudes e crenças face à VD/VG.

MÓDULO II - Avaliação e Gestão de Risco: um processo estruturado e dinâmico - 5 horas

1. Fatores de risco - estáticos e dinâmicos

2. Fatores de proteção

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta



REPÚBLICA
PORTUGUESA
JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGISLAÇÃO DEMOCRÁTICA



3. Fatores de diversidade
4. Requisitos para a avaliação de risco
5. Instrumentos de avaliação de risco
6. Situações de alto risco e ativação de respostas
7. Encaminhamento das vítimas.

MÓDULO III - ORIENTAÇÕES PARA A INTERVENÇÃO - 5 horas

1. Consequências e impacto da vitimação:

- 3.1. O stress pós-traumático
- 3.2. Sintomatologia psicológica;
- 3.3. Sintomatologia física;
- 3.4. Consequências socioeconómicas

2. Princípios da Intervenção:

- 1.1. Reconhecimento e prevenção das especificidades e dificuldades na intervenção em situações de violência doméstica e de género
- 1.2. Identificação das necessidades das vítimas de violência doméstica e de género
- 1.3. Dilemas éticos na intervenção com vítimas

3. O Processo de Apoio

- 3.1. Os espaços físicos de atendimento: especificidades
- 3.2. Os distintos modelos de intervenção: especificidades, vantagens e limitações
- 3.3. Competências e estilos de comunicação; técnicas de entrevista e atitudes comunicacionais; princípios de conduta e atitudes

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org

3.4. Princípios éticos da intervenção

METODOLOGIA DE FORMAÇÃO

Rompendo com uma postura de formação exclusivamente expositiva, esta ação de formação privilegia a pedagogia ativa, a qual permite trazer para a formação a experiência pessoal e os conhecimentos prévios dos/as formandos/as, tornando-os/as agentes ativos/as implicados/as na aprendizagem e na ação.

Assim, a presente ação de formação contempla uma estratégia pedagógica de teoria-ação, baseada em problemas e em narrativas de aprendizagem adequadas ao contexto online, tais como trabalhos temáticos em pequenos grupos, debate em grande grupo com ligação aos conteúdos formativos, estudos de caso, análise de situações-problema, incidentes críticos do contexto real de trabalho, entre outros.

As aulas síncronas, através da plataforma *Zoom Professional*, irão permitir simular o ambiente de sessão de formação à distância, promovendo o contacto direto e imediato entre formador/a e formandos/as.

Todas as informações relacionadas com as aulas serão disponibilizadas no *Moodle* destinado, bem como todos os materiais de formação. O Fórum do *Moodle* poderá também ser usado para exposição de questões/dúvidas dos/as formandos/as e discussões orientadas e livres, com o devido acompanhamento e orientação das formadoras. A plataforma permite, ainda, colocar os trabalhos realizados nas atividades pedagógicas, assim como os trabalhos finais, possibilitando às/aos formadoras/as devolverem as apreciações sobre cada um dos trabalhos.

Ao longo do percurso pedagógico, serão ainda apresentadas atividades e propostas de avaliação diversificadas que permitam a cada formando/a participar ativamente, através da formulação das suas opiniões e partilha dos seus conhecimentos e experiências práticas. As atividades pedagógicas constarão também de questionários, exercícios pedagógicos, trabalhos, fichas, etc.

EQUIPA FORMATIVA

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Forumar: forumar.lisboa@gmail.com ou forumar.porto@gmail.com

Fábia Oliveira

Licenciada e mestre em Psicologia Clínica e da Saúde no Instituto Superior da Maia onde é investigadora. Tem experiência em gestão e coordenação da formação desde 2013 e de coordenação de outros projetos. Foi psicóloga no JAVV- Gabinete de apoio Jurídico a Vítimas de Violência Doméstica. É formadora desde 2018, em diversos temas dentro da área da violência e igualdade de género e atualmente encontra-se a gerir um projeto de formação de público estratégicos e a exercer funções de Técnica de Apoio à Vítima no PRATI-Centro de Entendimento à Mulher da UMAR no Porto.

Francisca Ferreira

Licenciada em Sociologia e mestre em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL. Estagiou no departamento para os direitos sociais da câmara de Lisboa (2014) e no CIES-IUL (2016). Encontra-se a terminar o ano doutoral em Estudos de Género (ISCSP, FCSH-UNL e FD-UNL). Foi entrevistadora no âmbito do 2º Inquérito à Violência Doméstica e de Género na RAA (2019). Realizou um estágio profissional na UMAR e atualmente é técnica de educação e formação na organização. Certificação relevante: Especialização em Gestão e Coordenação da Formação.

Sara Anselmo

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa, pós-graduada em Estudos de Género pelo ISCSP-Universidade de Lisboa e mestranda em Família e Género na mesma instituição. Realizou um estágio profissional na UMAR e atualmente encontra-se a exercer funções de técnica de educação e formação na organização.

FORMADORAS

Alexandra Dourado

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa. Reconhecida pela ordem dos Psicólogos Portugueses com a especialização em Psicologia Clínica e da Saúde e especialidades avançadas nas áreas da Psicoterapia, Psicologia da Justiça e Psicologia Comunitária. Em 1998 inicia a sua colaboração com a UMAR no Projecto VIRAR assumindo funções como psicóloga na área da avaliação psicológica psicoterapia a crianças, jovens e mulheres.

Em 2000, integra a equipa de coordenação e a equipa técnica do projecto IAIÔ no qual desenvolve, entre outras, actividades na área do atendimento e acompanhamento, intervenção em crise/risco e acompanhamento psicológico e psicoterapêutico a crianças e mulheres vítimas de violência doméstica. É também nesse ano que inicia o seu percurso profissional na área da formação onde trabalha as temáticas da igualdade, violência de género e violência doméstica. Em 2006, integra a equipa técnica do CAM – UMAR onde exerce funções como psicóloga e psicoterapeuta no apoio a mulheres vítimas de violência doméstica.

Integra a lista de especialistas da CIG na área da Violência Doméstica e de Género.

Desde Novembro de 2019 passa a assumir a coordenação técnica do CAM – UMAR bem como a coordenação do projecto IJCC (Melhor sistema de justiça para as crianças em situação de violência Doméstica) em Portugal.

Exerceu funções como supervisora junto de equipas com intervenção na área do acolhimento residencial a crianças e jovens, integrando a bolsa de supervisoras/es do Plano DOM.

Desde 2000, exerce funções como psicóloga e psicoterapeuta em clínica privada.

Beatriz Santana

Licenciada e mestre em Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Ao longo da sua formação realizou intervenção junto da população de Trabalhadoras do Sexo de Coimbra, tendo acompanhado as suas histórias de vida maioritariamente marcadas por contextos de violência. Ainda, como associada ativa no Núcleo da UMAR de Coimbra, possui experiência como voluntária nos projetos ART”THEMIS+ e CAMI - Capacitar para Melhor Intervir, no contacto e intervenção com o público alvo e acompanhando ações de prevenção e sensibilização sobre a violência de género junto de crianças e jovens. Atualmente, trabalha como Técnica de Apoio à Vítima no Gabinete de Apoio à Vítima, no Gabinete

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

de Apoio à Vítima no DIAP de Coimbra da UMAR.

Maria José Magalhães

Licenciada, mestre e doutorada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto sob o tema *Mulheres, Espaços e Mudanças: o pensar e o fazer na Educação das Novas Gerações*. Atualmente é docente e investigadora na mesma instituição, bem como, presidente da UMAR. É consultora científica para o EIGE- *European Institute for Gender Equality* na área da violência de género. Foi delegada Nacional da COST IS1206 - *Femicide Across Europe*. Coordenou e foi membro de vários projetos de investigação sob a temática da violência de género, encontrando-se atualmente na gestão do projeto *Athena: European Cooperation Against Gender-based Violence towards people with intellectual disabilities* e do projeto *BO(U)NDS- Laços, Limites e violência: Estudo longitudinal de programas de Prevenção da Violência de Género em contexto Escolar*. Publicou diversos artigos e livros em torno dos temas da violência e igualdade de género. É formadora acreditada pelo Conselho Pedagógico de Formação Contínua de Professores.

Mariana Gonçalves

É doutorada em Psicologia Aplicada, pela Escola de Psicologia da Universidade do Minho, na área da vitimação múltipla de mulheres imigrantes, uma população especialmente vulnerável, estudo esse que teve como principais objetivos avaliar a prevalência da vitimação em múltiplos contextos (íntimo, familiar, institucional) à luz de uma abordagem interseccional, o impacto da vitimação, os fatores associados aos comportamentos de procura de ajuda junto de instituições portuguesas de apoio à vítima e as competências culturais dos profissionais de primeira linha. Tem desenvolvido e participado em vários projetos de investigação na área da violência doméstica e homicídios nas relações de intimidade, stalking, tráfico de seres humanos e práticas focadas no trauma no sistema de proteção à vítima. Integra a Lista de Especialistas da CIG na área da Violência Doméstica e de Género. É (co)autora de diversas publicações em Vitimologia, Psicologia da Justiça e Psicologia Forense.

Sónia Soares

Licenciada em Psicologia com especialização em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho. Iniciou a sua atividade profissional em 2004 como psicóloga em contexto de Casa de Abrigo para Mulheres Vítimas de

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Violência doméstica e seus/suas filhos/filhas. Em 2006 assumiu funções como psicóloga no Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica da UMAR, desempenhando funções de atendimento, intervenção em crise/risco e acompanhamento de vítimas de violência Doméstica. Desenvolveu e dinamizou ainda um programa de intervenção em grupo com crianças acolhidas em contexto de casa de abrigo. Integrou o Grupo de Trabalho do OMA - Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. É formadora na área da Violência Doméstica nomeadamente de Técnicos/as de Apoio à Vítima, Avaliação e Gestão de Risco, Violência contra Idosos/as, Competências e Técnicas de Atendimento. Foi coordenadora do Gabinete de Apoio à Vítima de Odemira e Aljezur. É Mediadora Penal, desde 2007, integrando o Sistema Público de Mediação Penal do Ministério da Justiça.

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N, Alcântara, 1300-149 Lisboa Telefone | 218 873 005 Email | umar.sede@sapo.pt

umarfeminismos.org